

HADDAD, F. *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília: Ministério da Educação; Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

MAGALI SADDI DUARTE\*

O “Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas”, publicado recentemente, é a apresentação de um programa de governo que procura mostrar os eixos nos quais o Plano de Desenvolvimento da Educação se sustenta, a saber: gestão, financiamento (per capita) e avaliação.

O texto se materializa em vinte e três páginas, sem referência bibliográfica e dividido em três capítulos. Um primeiro que versa sobre as “Razões e Princípios do Plano de Desenvolvimento da Educação”. Um segundo capítulo que explicita os planos de ações para os vários níveis e modalidades de educação desde a educação básica, passando pela educação superior, contemplando a educação profissional e tecnológica e finalmente a alfabetização. E o terceiro capítulo traz considerações sobre o Plano de Desenvolvimento da Educação numa perspectiva otimista.

De autoria de Fernando Haddad, o texto critica a noção de educação proposta até pouco tempo atrás no Brasil, que se caracterizava por uma visão fragmentada em detrimento de uma visão sistêmica, proposta que se diz presente no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Discute a precariedade de uma educação que não considerava os vários níveis, etapas e modalidades como momentos de um processo e, por isso, propõe uma visão sistêmica de educação, em que se destaca ser a educação um “processo de socialização e individuação voltado para a autonomia [...]” (p. 7). Para o autor, a visão sistêmica consiste em “reconhecer as conexões intrínsecas entre educação básica, educação superior, educação tecnológica e alfabetização e, a partir dessas conexões, potencializar as políticas de educação de forma a que se reforcem reciprocamente” (p. 7). O PDE numa perspectiva sistêmica busca “[...] dar consequência, em regime de colaboração, às nor-

---

\* Professora de língua inglesa do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae/UFG). Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da UFG. E-mail: magalisaddi@gmail.com.

mas gerais da educação na articulação com o desenvolvimento socioeconômico que se realiza no território, ordenado segundo a lógica do arranjo educativo – local, regional ou nacional” (p. 8).

O PDE é um plano executivo que compreende mais de 40 programas de ação do governo e se sustenta em quatro eixos norteadores que versam sobre a educação básica, superior, profissional e alfabetização. No que concerne à educação básica, o texto sinaliza para a importância da formação de professores, com referência à Universidade Aberta do Brasil (UAB) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PI-BID), e a criação do piso salarial nacional. De acordo com Haddad, tal proposta implica no

“embrião de um futuro sistema nacional público de formação de professores, no qual a União, por meio da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), assume enfim uma responsabilidade que, a rigor, sempre foi sua” (p. 9).

Ainda no que diz respeito à educação básica, o Plano refere-se ao financiamento, com destaque para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que tem como objetivo a destinação de recursos vinculados à educação para a Educação Básica. Mais adiante, o autor assinala a questão da avaliação tendo como protagonista o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que é um recurso importante e inovador no que diz respeito à qualidade da educação nacional. Por fim, o texto trata do plano de metas, que concerne ao planejamento e gestão educacional, em que procura mostrar que a qualidade da educação básica passa por uma série de ações necessárias, tais como o Plano de Ações Articuladas (PAR), que teria como objetivo reverter o quadro de uma educação nacional pausada por uma política que não dá continuidade às políticas implementadas no campo educacional.

Sobre a educação superior, Haddad mostra as ações que se sintetizam na expansão do número de vagas nas universidades públicas federais; na reestruturação e expansão das universidades federais; na criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), na criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

No que concerne à educação profissionalizante e tecnológica, o autor expõe em números o quantitativo de aumento da expansão dessa modalidade de ensino. E, no que diz respeito à educação profissional e educação científica, cita os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET).

Sobre a alfabetização, o esclarecimento é o de que ela já foi contemplada com a criação do FUNDEB, e, a partir daí, o ministro passa a tecer comentários sobre o tema educação.

Com o firme propósito de enaltecer o Plano, Fernando Haddad defende uma educação que permita a formação de um sujeito individuado e chama a responsabilidade da educação pública para tal intento. No entanto, ao ler o texto é possível observar a centralidade do mesmo na perspectiva da gestão, do financiamento e da avaliação, em que a escola aparece como núcleo responsável pela efetivação de um novo gerenciamento da educação, pautado por leis gerenciais do modelo econômico, sem observar a contradição que se patenteia entre gestão democrática e modelo gerencial privado. O texto sintetiza o anseio da sociedade ao chamar a atenção para a questão da qualidade, além disso, trabalha com idéias que são respaldadas por todos, tais como: conselho escolar, melhoria da qualidade, valorização do professor e também a defesa do aumento do PIB para garantir o financiamento da educação que se pretende com qualidade.

Diferente do PNE (Plano Nacional de Educação), que, de fato, se caracteriza como plano de Estado, haja vista sua construção ser o resultado da ação da sociedade civil e política, o PDE é uma proposta de governo que não deu voz aos professores, gestores e pais, e mostra sua vulnerabilidade ao propor princípios e razões que se contradizem na sua forma de implementação gerencial. Além do que, os critérios que o norteiam são alicerçados em uma racionalidade técnica. Ao se observar o distanciamento entre o que é proposto e o que é efetivado se verifica uma contradição fundante da forma como essa sociedade se organiza.

No texto, o Estado aparece como o promotor da qualidade na educação. Assim, é preciso apreender a tensão entre um discurso de qualidade e uma qualidade que não é para todos. Além disso, por meio da avaliação o Estado assume a regulação de uma competição que se estabelece por meio dos resultados apresentados.

Por se tratar de um texto produzido e publicado pelo Ministério da Educação, recomenda-se sua leitura por professores de todos os níveis,

pois é necessário não só conhecer as políticas públicas para a educação, mas participar efetivamente na tomada de decisão de tais políticas como forma de reverter o atual quadro da educação nacional.

Fernando Haddad, paulista, é bacharel em Direito, mestre em Economia e doutor em Filosofia, atualmente é ministro da Educação do Brasil. É autor das seguintes obras: *O sistema soviético* (São Paulo: Scritta Editoria, 1992), *Em defesa do socialismo* (Petrópolis: Editora Vozes, 1998), *Desorganizando o Consenso* (Petrópolis: Vozes, 1998), *Sindicatos, cooperativas e socialismo* (São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003), *Trabalho e linguagem* (Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2004).